

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁÇER DO SAL

SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019

ATA Nº 02

Aprovada por maioria
11 VOTOS a favor - CDU
5 VOTOS contra - PS
1 VOTO a favor - Coligação
1 VOTO a favor - B "Viver Alcáçer"
Sessão de 23/04/19
Artesa,
M. António I. R. Mendes

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Alcácer do Sal e Salão Nobre do Município, reuniu a Assembleia Municipal. Compareceram nesta sessão ordinária Maria Antónia Incenso dos Reis Mendes, Presidente da Assembleia Municipal, Maria de Fátima Martins dos Santos Leite, Primeira Secretária da Mesa, Vítor Manuel Elias Rosa, Segundo Secretário da Mesa e os Membros Serafim António Martins Inocêncio, Manuel Fernando da Silva Rocha, António José Freitas Grilo, José Manuel Mártires Balona, Mariana Antónia Caixeirinho, Luzia Maria Carvalho Maurício, Gonçalo José Neto Nunes, Maria Antónia Foito Crespo, Rui Damião Conceição da Silva, Ana Rosa Dias Tecedeiro (em regime de substituição), Ana Maria Tomás Cananão Guerreiro, Maria Teresa Monteiro Pires Carvalho de Noronha e Castro, António João Bragança Birra (em regime de substituição), Mafalda Sofia da Conceição Panóias, Ricardo Jorge Carqueijeiro Magalhães Campos, Filomeno Herlander Vieira Braz, Jacinto José Guerreiro Vinagre, Ana Helena Carvalho da Silva, Tiago Miguel Perdigão Calado Pereira (em regime de substituição do Presidente da União das Freguesias de Alcácer do Sal), Hélder Manuel Telo Montinho, Presidente da Junta de Freguesia de Torrão, Deolinda da Conceição de Oliveira Florêncio, Presidente da Junta de Freguesia de Comporta, Albino António Batista Francisquinho, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho.

Compareceram também Vítor Manuel Chaves de Caro Proença, Presidente da Câmara Municipal, e os Vereadores Ana Luísa Alferes Pinto Soares, Manuel Vítor Nunes de Jesus (Vice-Presidente), Nuno Miguel Besugo Pestana e Clarisse Maria Gaudino Veredas Campos.

Verificou-se a ausência dos Deputados João Luís Campos Guerreiro, José Manuel Ramos Correia e Arlindo José Paulino de Passos (Presidente da União das Freguesias de Alcácer do Sal), tendo os mesmos apresentado justificações, que ficam arquivadas em pasta anexa à ata.

Pelas vinte horas e trinta e sete minutos, após ter sido efetuada pela Primeira Secretária a respetiva chamada, verificou-se a existência de quórum, pelo que a Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA _____

A Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Segundo Secretário que procedesse à leitura do resumo da correspondência.

37 **1 – Expediente.**

38 O Segundo Secretário procedeu à leitura do resumo da correspondência recebida, no período de
39 17 de dezembro de 2018 a 27 de fevereiro de 2019, que aqui se dá como reproduzido e transcrito,
40 ficando a mesma arquivada em pasta anexa à ata, dela fazendo parte integrante.

41

42 **2 - Análise e votação da Ata da sessão realizada em 14 de dezembro de 2018.**

43 A Presidente da Assembleia colocou a Ata da sessão realizada em 14 de dezembro de 2018 a
44 votação.

45 - A Ata nº 06 de 14 de dezembro de 2018 foi aprovada por maioria, com 11 votos a favor da CDU, 9
46 votos contra do PS, 1 voto a favor da Coligação “Viver Alcácer” e 1 voto a favor do BE.

47

48 A Presidente da Assembleia informou que foram presentes à Mesa duas Moções, duas Saudações,
49 e dois Votos de Protesto:

50 - Moção “A” (*Pelo Combate à Violência de Género*), apresentada pelo Deputado do BE;

51 - Moção “B” (*Mais próximos dos Cidadãos*), apresentada pelos Deputados do PS;

52 - Voto de Protesto “A” (*Falta de Efetivos na GNR*), apresentada pelos Deputados da CDU;

53 - Voto de Protesto “B” (*Integração de Ambulância de Suporte Imediato de Vida SIV*) apresentada
54 pelos Deputados da CDU;

55 - Saudação “A” (*Saudação ao Dia Internacional das Mulheres*), apresentada pelo Deputado do BE;

56 - Saudação “B” (*Saudação Dia Internacional da Mulher*), apresentada pelos Deputados da CDU.

57

58 A Moção “A” (*Pelo Combate à Violência de Género*) apresentada pelo Deputado do BE, aqui se dá
59 como reproduzida e transcrita, ficando anexo à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

60

61 A Presidente da Assembleia colocou a Moção “A” a discussão.

62

63 **Intervenções:**

64 O Deputado António Grilo cumprimentou os presentes e disse que o combate à violência de género
65 é uma temática atual, que deve ser denunciada, combatida e de alguma forma penalizada,
66 tratando-se de um processo complicado, com vítimas diretas e indiretas, que resulta numa série de
67 consequências que se repercutem negativamente na sociedade. Assim, o proposto na Moção
68 apresentada reunia a concordância dos eleitos do PS e afirmou esperar que a Assembleia
69 Municipal promova ações para denunciar situações que eventualmente existam no concelho.

70

71 A Presidente da Assembleia colocou a Moção “A” a votação.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

72 **Deliberação: Aprovada por maioria, com 13 votos a favor da CDU, 9 votos a favor do PS, 1**
73 **abstenção do PS, 1 voto a favor da Coligação “Viver Alcácer” e 1 voto a favor do BE.**

74

75 A Moção “B” (*Mais próximos dos Cidadãos*), apresentada pelos Deputados do PS, foi lida pelo
76 Deputado Rui Silva e aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da
77 mesma fazendo parte integrante.

78

79 A Presidente da Assembleia colocou a Moção “B” a votação.

80 **Deliberação: Proposta rejeitada com 13 votos contra da CDU, 10 votos a favor do PS, 1 voto a**
81 **favor da Coligação “Viver Alcácer” e 1 voto a favor do BE.**

82

83 O Voto de Protesto “A” (*Falta de Efetivos na GNR*), apresentado pelos Deputados da CDU, foi lido
84 pelo Deputado José Balona e aqui se dá como reproduzido e transcrito, ficando anexo à presente
85 ata, da mesma fazendo parte integrante.

86

87 A Presidente da Assembleia colocou o Voto de Protesto “A” a discussão.

88

89 Intervenções:

90 O Deputado Serafim Inocêncio disse que os eleitos do PS iriam votar favoravelmente o Voto de
91 Protesto, pois quem vivia nas zonas limítrofes tinha conhecimento da carência do número de
92 efectivos da GNR, carência essa que se manifestava também na falta de viaturas.

93 A Deputada Mariana Caixeirinho disse que era favorável ao Voto de Protesto, pois existiam lacunas
94 muito graves na GNR a nível de equipamento e até do bem-estar do efetivo.

95 O Deputado José Balona referiu que se quis valorizar o efetivo da GNR que, apesar das más
96 condições, continua a desempenhar as suas funções com zelo e que, para vincar mais a questão, o
97 assunto veio à Assembleia sob a figura de Voto de Protesto, frisando bem a indignação da
98 população perante esta situação. Saliou ainda que quem fazia a limpeza do quartel na cidade
99 eram os próprios efetivos.

100 A Deputada Ana Maria Guerreiro disse que iria votar favoravelmente e narrou que, durante a noite,
101 tinha ligado para o Posto da GNR do Torrão e que, dado que existia apenas um efetivo de serviço e
102 não podia abandonar o posto, a solução seria ir um militar de Alcácer do Sal. Concluiu dizendo que
103 era de louvar o Voto de Protesto.

104 O Deputado António Grilo propôs a todos os partidos com assento na Assembleia Municipal que o
105 Voto de Protesto fosse da Assembleia Municipal e não da bancada da CDU.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

106 O Presidente da Junta de Freguesia de Torrão, Hélder Montinho disse que estava de acordo com o
107 Voto de Protesto e que a Junta de Freguesia de Torrão tinha feito chegar ao Sr. Ministro da
108 Administração Interna a sua preocupação; a vila do Torrão necessita de efetivos, viaturas e outros
109 meios.

110

111 A Presidente da Assembleia colocou o Voto de Protesto “A” a votação.

112 **Deliberação: Aprovado por unanimidade.**

113

114 O Voto de Protesto “B” (*Integração de Ambulância de Suporte Imediato de Vida SIV*), apresentado
115 pelos Deputados da CDU, foi lido pelo Deputado Manuel Rocha e aqui se dá como reproduzido e
116 transcrito, ficando anexo à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

117

118 A Presidente da Assembleia colocou o Voto de Protesto “B” a discussão.

119

120 **Intervenções:**

121 O Deputado Rui Silva disse que era uma questão importante e que os eleitos do PS têm vindo a
122 trabalhar junto dos eleitos na Assembleia da República para resolver o problema da SIV, mas
123 também outros problemas relacionados com a saúde no território e congratulou o executivo e a
124 Assembleia Municipal pelas diligências feitas.

125 A Deputada Mariana Caixeirinho disse que poderiam reformular o Voto de Protesto de uma forma
126 mais consistente, acrescentando também as reivindicações do PS, como a falta de médicos no
127 HLA.

128 A Deputada Mafalda Panoias afirmou que iria votar favoravelmente e o que documento deveria ser
129 alterado e incluir a triagem de 24 horas.

130 O Deputado Manuel Rocha declarou que não questionava as ações do PS nos últimos anos na
131 área da saúde, mas nas diversas ações que são referidas no Voto de Protesto nunca tinha visto os
132 eleitos do PS nessas frentes de luta. Apesar de ser uma temática transversal, não concordava com
133 a reformulação do Voto de Protesto.

134 O Deputado Gonçalo Nunes questionou o Deputado Manuel Rocha se qualquer proposta de
135 melhoria por parte do PS não era aceite.

136 O Deputado António Grilo disse que era um tema de total interesse para o território e que com as
137 ações dos eleitos do PS era possível que, em breve, houvesse novidades sobre a Triagem de
138 Manchester, pois estavam a fazer pressão nos sítios certos, dado a questão do mediatismo passar-
139 lhes ao lado. Frisou a linha que separa a vida e a morte; chamou a atenção para as estradas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

140 municipais que se encontram em mau estado, nas quais todas as semanas existem acidentes;
141 destacou a falta de condições de trabalho e que era importante minimizar os impactos da falta de
142 ação.

143 O Deputado José Balona disse que as intervenções tinham sido no sentido de estarem todos
144 unidos na questão referenciada, mas para acrescentar outras questões ao Voto de Protesto teriam
145 de interromper a sessão e, assim, propunha que na próxima sessão trouxessem um Voto de
146 Protesto ou uma Moção com as questões relacionadas com a área da saúde e que votariam
147 favoravelmente.

148 A Deputada Mafalda Panoias disse que as questões da área da saúde tinham sido a sua
149 preocupação desde a primeira hora e acrescentou que não aparecia na linha da frente, uma vez
150 que tinha de cumprir um horário de trabalho e que iria votar favoravelmente, sem as alterações ao
151 documento.

152 A Presidente da Assembleia afirmou que era uma preocupação de todos e pediu aos eleitos do PS
153 que considerassem se queriam trazer as alterações à próxima sessão ou se as fariam agora.

154 O Deputado Serafim Inocêncio disse que subscrevia na íntegra o Voto de Protesto e que a agenda
155 política era de cada um, frisando ainda que durante anos existiram Moções comuns na Assembleia
156 Municipal, que tinham sido retificadas com pausas nas sessões.

157 O Deputado Manuel Rocha disse que entendia que não se deveria alterar o documento, uma vez
158 que a questão era a SIV.

159

160 A Presidente da Assembleia colocou o Voto de Protesto “B” a votação.

161

162 **Deliberação: Aprovado por unanimidade.**

163

164 A Saudação “A” (*Saudação do Dia Internacional das Mulheres*), apresentada pelo Deputado do BE,
165 aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte
166 integrante.

167

168 A Saudação “B” (*Saudação Dia Internacional da Mulher*), apresentada pelos Deputados da CDU,
169 foi lida pela Deputada Luzia Carvalho e aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à
170 presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

171

172 **INTERPELAÇÃO AO EXECUTIVO** _____

173

174 O Deputado António Grilo questionou o executivo sobre o “desaparecimento” das publicações das
175 atas das Reuniões de Câmara na página do Município.

176 O Deputado Filomeno Herlander questionou sobre o areeiro de Castelo Ventoso; disse que tinha
177 conhecimento que o Município tinha feito diligências junto do poder central, mas pensa que a
178 Câmara devia ter uma intervenção mais proactiva no sentido de pedir relatórios de inspeção, para
179 aferir se a empresa exploradora está a cumprir a legislação, pois as fissuras nas casas estão à
180 vista de todos. Foi uma recomendação para que a lei seja cumprida, tal como os limites mínimos de
181 afastamento, para evitar que surja algum infortúnio.

182 O Deputado Rui Silva referiu a retirada das ervas daninhas na zona histórica e que tinha observado
183 que os funcionários municipais, ao aplicarem o herbicida nas ervas, estavam protegidos, mas a
184 hora da aplicação não tinha sido a mais indicada, uma vez que se encontravam muitas pessoas na
185 rua naquele período e questionou se o produto aplicado era o glisofato. Acrescentou ainda que
186 continuava o estacionamento desordenado e a circulação de trânsito na “Rua Direita” para as
187 cargas e descargas.

188 A Deputada Maria Antónia Crespo referiu o resultado do *ranking* das escolas e que, na sua opinião,
189 não valia nada, mas era uma questão que deveria ser refletida. Segundo o Dr. Daniel Sampaio,
190 avaliar uma escola apenas pelos resultados académicos, era muito redutor, pois deveria ter-se em
191 conta a situação geográfica, o clima escolar, a participação de alunos, professores e pais no
192 quotidiano da escola, entre outras variáveis e que era preciso estar-se atento ao impacto negativo
193 num aluno em dificuldades saber que a sua escola está mal classificada. Referiu ainda a opinião do
194 Dr. José Morgado, que refere que os *rankings* são apenas uma forma de trabalhar a informação
195 disponibilizada, criando ordenações e hierarquias que terão uma utilidade limitada e servem para
196 aumentar equívocos e assimetrias. Concluiu salientando uma dúvida colocada por investigadores
197 da Universidade do Porto, que perguntam onde estão as evidências de que a publicação dos
198 *rankings* tenha contribuído para a melhoria do sistema educativo.

199 O Deputado Serafim Inocêncio referiu o abrigo de passageiros em Foros de Albergaria. Disse que a
200 pessoa que o tinha cortado tinha a autorização da Câmara e que a Vereadora Ana Luísa Soares
201 referiu, na altura, que iriam construir um novo; contudo, passados dois meses, a situação
202 continuava idêntica. Mostrou ainda preocupação relativamente ao areeiro de Castelo Ventoso e
203 que, mesmo sabendo que a responsabilidade não era da Câmara, existia a responsabilização, pelo
204 que a questão deveria ser colocada de outra forma, uma vez que era tão importante como a das
205 estradas e a saúde, além de ser uma questão ambiental. O Deputado referiu ainda o *ranking* das
206 escolas, um problema de todos e que o município teria de pensar também sobre esta questão,
207 questionando o porquê do Conselho Municipal de Educação ainda não ter reunido desde 2017.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

208 O Presidente da Junta de Freguesia de Torrão questionou se este ano iria haver a Feira Medieval
209 do Torrão e se iria existir alguma intervenção no pavimento da estrada entre o Batão e Rio de
210 Moinhos, uma vez que se trata de uma estrada municipal.

211 O Presidente da Câmara referiu que as atas das sessões de Câmara estavam sempre ao dispor de
212 quem as quisesse consultar.

213 Relativamente ao *ranking* das escolas, o Presidente da Câmara disse que, analisando a
214 classificação dos exames, esta tem sido muito aquém do pretendido, e que analisando os primeiros
215 classificados, estes são colégios privados, pertencendo os piores lugares a escolas públicas. Era
216 uma discussão a ter e uma oportunidade para se discutir o que era a escola no concelho e como
217 melhorar.

218 A Vereadora Ana Luísa Soares disse que, relativamente ao herbicida, o aplicado é o que a
219 legislação em vigor permite e que, aquando da sua aplicação, os trabalhos iniciavam-se às 06h00
220 da manhã e terminava às 10h00 da manhã. Relativamente ao abrigo de passageiros em Albergaria,
221 esclareceu que tinham lançado um procedimento para a construção de abrigos, mas que, de
222 momento, a empresa escolhida não conseguia terminar a obra, pelo que terá de se lançar um novo
223 procedimento para terminar a construção dos abrigos de passageiros.

224 O Vereador Manuel Vítor de Jesus disse que, relativamente à questão do areeiro de Castelo
225 Ventoso, a Câmara tinha estado numa reunião com a Direção-Geral de Energia e Geologia e a
226 Sifucel, onde foi solicitado o parecer favorável do Município ao areeiro. A Câmara pediu
227 explicações sobre o processo e, ao analisar tecnicamente, concluiu que não existiam condições
228 para o parecer favorável. Referiu que tinha sido feita uma vistoria ao local pela Direção-Geral de
229 Energia e Geologia, na qual o Município tinha sido convidado a participar e que a posição era de
230 não se emitir parecer favorável, pois não reúne os requisitos para a tal. Salientou ainda que o
231 Município fez uma denúncia à DGEG, à APA, à CCDRA e à RAN, que foram contactadas, no
232 sentido de se efetuar uma reunião entre a Câmara Municipal e estas entidades, na qual não
233 deveria estar presente a Sifusel.

234 Relativamente ao *ranking* das escolas, o Vereador declarou que era um tema que preocupa a todos
235 e um assunto para discussão no fórum certo. Em relação ao Conselho Municipal de Educação,
236 esclareceu que o mesmo não reuniu devido à transição do novo Agrupamento, além de que ainda
237 não se apurou o representante dos alunos. No entanto, brevemente, o Conselho irá reunir.

238 O Deputado Rui Silva referiu que não tinha sido respondida a questão do trânsito na “Rua Direita” e
239 que, relativamente à aplicação do herbicida e dos horários da sua aplicação, a mesma tinha-se
240 estendido durante toda a manhã, sendo que estes trabalhos deviam ter um horário próprio.

241 O Presidente da Junta de Freguesia de Torrão disse que tinha colocado duas questões e que não
242 tinha obtido resposta.

243 A Deputada Teresa Carvalho afirmou que enquanto tinha estado no Agrupamento de Escolas de
244 Alcácer do Sal, não tinham existido grandes oscilações nos lugares do *ranking* das escolas. Referiu
245 que na página da Inspeção-Geral de Educação estavam todos os relatórios feitos ao Agrupamento,
246 muitos deles em virtude de queixas anónimas. Disse que tinha sido feito uma inspeção
247 administrativa e não tinham encontrado nada, e ainda se tinham efetuado outras inspeções, uma
248 delas visando em particular os métodos e medidas de promoção do sucesso escolar e na qual se
249 constatou que o Agrupamento era promotor de medidas e, em alguns casos, até pioneiro. O
250 *ranking* das escolas é um tema que devia ser debatido por todos e deviam ser discutidas as
251 particularidades de Alcácer do Sal.

252 O Deputado Gonçalo Nunes recordou que na última sessão colocou uma questão relacionada com
253 os surtos ocasionais de ecolite no rio, que têm fustigado as comunidades piscatórias,
254 nomeadamente a da Carrasqueira, e questionou se o Presidente da Câmara tinha alguma
255 informação para dar sobre essa questão. Relativamente ao resultado do *ranking* das escolas, disse
256 que todos podiam fazer alguma coisa.

257 O Deputado Serafim Inocência referiu que a Sifucel poderia laborar, mas o problema estava na
258 forma como estava a ser feita a extração de areias. Relativamente à transmissão de poder do
259 Agrupamento de Escolas de Alcácer do Sal, o mesmo tinha sido feito em julho de 2018, sendo que
260 tinha existido tempo para reunir o Conselho Municipal de Educação. Concluiu dizendo que se
261 deveria refletir sobre o tipo de escola que queriam.

262 O Deputado José Balona declarou que, relativamente à questão do *ranking* das escolas, deveria
263 ser feito um amplo debate (envolvendo até a própria Assembleia Municipal), e salientou que as
264 escolas com melhor classificação tinham sido as privadas e religiosas, onde os alunos eram
265 selecionados. Algumas escolas privadas são suportadas por fundações e, mesmo assim, recebem
266 apoio financeiro do Estado, não existindo equidade no apoio às escolas. Relativamente à questão
267 colocada sobre o estacionamento desordenado, o Deputado disse que era um problema que tinha
268 a ver, sobretudo, com o civismo das pessoas.

269 A Presidente da Assembleia chamou a atenção para o barulho, pois assim não conseguia ouvir a
270 intervenção do Deputado.

271 O Deputado José Balona sublinhou que, naquelas condições, era difícil a funcionária ouvir a
272 gravação depois e transcrever a ata, uma vez que existiam vozes a sobrepor-se. O Deputado
273 prosseguiu e disse que, como referira aquando da apresentação do Voto de Protesto sobre a GNR,
274 quando essa questão for resolvida haverá mais meios e, conseqüentemente, será mais fácil a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

275 fiscalização do trânsito desordenado. Terminou dizendo que o projeto RUAS do executivo PS tinha
276 colocado o trânsito na marginal de “pantanas”, apesar do executivo atual ter criado mais bolsas de
277 estacionamento e lugares para cargas e descargas.

278 O Deputado António Grilo referiu que o *ranking* das escolas não tinha em conta uma série de
279 critérios, tal como os prémios de mérito que somente refletiam as notas. Na sua opinião, existe
280 efetivamente um problema, tal como o Vereador Manuel Vítor de Jesus assumiu, que terá de ser
281 resolvido por todos num fórum próprio.

282 O Presidente da Câmara frisou que a Câmara Municipal estava a desenvolver no Torrão um
283 conjunto de investimentos e deu como exemplo o parque infantil do Batão, a colocação de
284 iluminação LED na vila do Torrão, todos os arruamentos pedonais na Zona H2, a manutenção das
285 piscinas (que se intensifica com novos investimentos para melhorar a sua qualidade), apoio aos
286 bombeiros, apoio à Sociedade 1º de Janeiro Torranense, apoio à ADT para promover o protocolo
287 com o município de Alcácer do Sal e o município de Grândola na criação do Centro Local de Apoio
288 aos Migrantes, o apoio ao Carnaval, apoios às escolas e ao movimento associativo. Relativamente
289 à reparação da estrada de Rio de Moinhos, irá ser feita por administração direta.

290 O Presidente da Câmara disse que, neste momento, a autarquia estava focada na iniciativa “Torrão
291 Doce”, que tinha um grande investimento da Câmara e que, relativamente à Feira Medieval, não
292 tinha sido um compromisso assumido eleitoralmente. O Presidente da Câmara referiu ainda que,
293 relativamente ao *ranking* das escolas, o poder público ficava muito mal com os resultados.

294 O Vereador Manuel Vítor de Jesus disse que existia uma Carta Educativa que estava para
295 homologação pelo Sr. Ministro da Educação há cerca de dois anos, sendo que existia uma lacuna,
296 pois essa homologação fazia falta e, eventualmente, poderia estar a necessitar de ser revista. Em
297 relação ao Conselho Municipal de Educação, declarou terem existido vários fatores para o mesmo
298 não ter reunido. O Vereador disse ainda que sempre tinha havido na “Rua Direita” trânsito de
299 carros para cargas e descargas e que existiam nessa rua garagens licenciadas pela Câmara, às
300 quais os respetivos veículos necessitavam de ter acesso; em relação ao estacionamento
301 desordenado, compete à GNR a fiscalização.

302 O Deputado Serafim Inocêncio disse que conhecia muitas zonas históricas na Europa que não
303 tinham trânsito e que era uma questão de educação de todos.

304

305 **ORDEM DO DIA** _____

306

307 ***01 - Análise e conhecimento da informação referente ao Relatório de Atividades de 2018 –***
308 ***Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – Alcácer do Sal;***

309 A Informação foi apresentada pela Presidente da Assembleia.

310 **Intervenções:**

311 A Deputada Teresa Carvalho disse que a CPCJ era uma entidade governamental de dois
312 ministérios, que estava no ativo em colaboração com as escolas para resolver problemas de
313 crianças e jovens em risco; no entanto, os mecanismos que lhe são atribuídos são de ação (após a
314 constatação) e não de prevenção, ou seja, a mesma não dispõe de meios de atuação antes de o
315 perigo estar iminente e, quando atua, já tudo se passou. Era conveniente que a CPCJ pudesse ter
316 uma ação semelhante a uma intervenção precoce dos mesmos ministérios e aí se pudesse fazer
317 intervenção. Alcácer do Sal é um concelho com elevada desconsertação social, onde existe um
318 número enorme de famílias desestruturadas, que, em muitas situações, podem ser ajudadas de
319 alguma forma. A Deputada propôs a criação de um gabinete de ação social, para funcionar junto
320 das escolas e das famílias.

321 A Presidente da Assembleia disse que era uma proposta muito pertinente.

322 O Deputado Serafim Inocêncio disse que o trabalho da CPCJ era muito proveitoso e a questão
323 social era muito pertinente. Referiu que as crianças que vivem na periferia não têm as mesmas
324 oportunidades, pois não podem frequentar as associações de jovens, uma vez que não moram na
325 cidade.

326 **Tomado conhecimento.**

327 A Informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará
328 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

329

330 *02 - Análise e conhecimento da informação referente ao relatório do Revisor Oficial de Contas*
331 *sobre a situação económica e financeira do Município, referente ao 1.º semestre de 2018; (tomado*
332 *conhecimento na reunião de Câmara realizada no dia 13/12/2018)*

333 **Intervenções:**

334 O Deputado António Grilo questionou se as obras em curso referidas no relatório já se
335 encontravam concluídas. Na componente de fornecimento e serviços externos, em que eram
336 evidenciadas duas grandes rubricas relativamente a custos com a água, perguntou se estava
337 relacionado com as perdas de água; na componente de honorários questionou o porquê da mesma
338 ter aumentado. O Deputado referiu que os custos tinham aumentado relativamente ao período
339 homólogo e que a equipa do ROC salientava que os subsídios atribuídos a entidades não tinham
340 relatório que pudesse atestar a execução das atividades para as quais eram atribuídos e se existia
341 algum mecanismo para salvaguardar o município. Foi destacado pelo Deputado o aumento
342 exponencial de horas extraordinárias e ajudas de custo, o que evidenciava falta de gestão

343 operacional. Terminou referindo o aumento dos impostos, embora o relatório não refira qual o tipo
344 de imposto.

345 O Presidente da Câmara explicou que, quanto ao custo da água, verificou-se uma alteração
346 significativa nos custos das duas componentes (água e saneamento) devido a dois fatores: a
347 alteração do EVEF da AGDA, cujo tarifário foi alterado; o custo de saneamento das ETAR's, tendo
348 dado como exemplo a ETAR de Alcácer do Sal, que estava a ser um sorvedor de recursos para o
349 tratamento dos efluentes da cidade dado a sua localização estar a provocar custos elevados e
350 adiantou que quando a ETAR da Comporta entrar em funcionamento, os custos ultrapassarão os
351 dois milhões de euros por ano.

352 O Presidente da Câmara salientou que, no que respeitava às perdas de água, os serviços estavam
353 a efetuar um trabalho muito importante relativamente a essa questão e também em relação à
354 contagem da água. Referiu que no início de 2014 cerca de quarenta por cento dos consumidores
355 não pagavam a água ao município e nada acontecia, uma vez que não existia Gabinete de
356 Execuções Fiscais; atualmente essa situação já não se verificava e existia todo um trabalho de
357 renovação de redes (ex: a Calçada da Fonte Nova).

358 Relativamente aos honorários, o Presidente elucidou nada terem a ver com encargos de pessoal,
359 mas sim honorários de fornecimentos e serviços externos. As horas extraordinárias e as ajudas de
360 custo tinham aumentado, mas era uma equação nem sempre fácil de resolver, pois existia um peso
361 significativo de horas extraordinárias, principalmente no Setor de Transportes aos sábados,
362 domingos e feriados.

363 Em relação às associações, a única que tem um contrato-programa com o Município é o Atlético
364 Clube Alcacerense, estando a ser instalado um programa de monitorização com as associações
365 para cumprir as recomendações do ROC. Relativamente aos impostos, o IMI, a Derrama e o IUC
366 subiram, mas o aumento mais significativo foi o IMT, o que demonstra uma dinâmica territorial e
367 económica.

368 O Deputado António Grilo referiu que na questão dos honorários existia um erro no valor colocado,
369 porque honorários eram pessoas que trabalhavam a recibos verdes para o município e tudo o resto
370 caía noutro tipo de rubrica.

371 O Presidente da Câmara explicou que contratos de avença, recibos verdes, aquisição de serviços e
372 outro tipo de aquisições caíam nessa rubrica.

373 **Tomado conhecimento.**

374 A Informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará
375 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

376

377

378 *03 - Análise e votação da proposta referente à transferência de competências para as autarquias*
379 *locais no âmbito dos diplomas sectoriais publicados; (documento aprovado na reunião de Câmara realizada*
380 *no dia 14/02/2019)*

381 **Intervenções:**

382 O Presidente da Câmara disse que tinha havido um erro administrativo relativamente à deliberação
383 que estava no carimbo da proposta, mas que já tinha sido retificado.

384 O Deputado Rui Silva disse que, no país, todas as cores políticas tinham aceite algumas das
385 transferências de competências e somente a Câmara de Avis (CDU) tinha aceite uma
386 transferência de competências, tratando-se, portanto, de uma questão política. Existindo um grande
387 controlo por parte do partido em relação ao que os municípios poderiam ou não aceitar, acabava
388 por condicionar o debate.

389 A Deputada Teresa Carvalho disse que o CDS era absolutamente contra a transferência de
390 competências enquanto as questões que estavam por esclarecer não fossem todas clarificadas.

391 O Deputado Filomeno Herlander disse que iria votar a favor da não aceitação da transferência de
392 competências, mas sugeria que a Câmara criasse um gabinete para elaborar um estudo com tudo
393 o que envolve, tal como custos, meios materiais e meios humanos. Salientou que o que se estava a
394 votar era para os anos de 2019 e 2020, mas que em 2021 o município teria de aceitar essa
395 transferência de competências.

396 O Deputado António Grilo declarou que, nesse momento, deviam estar no campo do debate técnico
397 para perceberem quais os custos para o concelho e que se estava a politizar ao não se debater
398 com dados concretos.

399 O Deputado Jacinto Vinagre disse que não era uma imposição política e que se fosse o PS a
400 governar o município, aceitaria de olhos fechados todas as transferências de competências. Porém,
401 de momento não existia nada de concreto na transferência de competências para os municípios
402 assumirem essa responsabilidade.

403 O Deputado Serafim Inocêncio recordou que, há anos atrás, o executivo PS não aceitou a
404 transferência de competências na área da Educação. O contexto atual era diferente, pois era para
405 beneficiar a população e não um partido ou vários partidos políticos.

406 A Deputada Luzia Carvalho salientou que, até ao momento, não existia nenhum estudo sério, caso
407 a caso, município a município, que comprovasse o impacto que a transferência de competências
408 iria ter em cada um dos municípios. Contrariamente à sugestão de ser o município a fazer um
409 estudo rigoroso, defendeu que o estudo cabia à entidade que efetuava a proposta, porque para
410 existir uma transferência de competências leal, a entidade que aceitava tinha de saber o que ia
411 aceitar e em que condições. A entidade que propunha tinha de ter as contas feitas e a única conta

412 de que até ao momento se sabia - e não de forma oficial -, era a informação muito clara de que não
413 pode haver aumento de custos. No estado em que as coisas estão, quer na saúde, educação, vias
414 de comunicação, património, tinha de haver da parte dos municípios cautela, além de ser também
415 uma questão política. Existia ainda uma questão adjacente a esta transferência de competências,
416 que não era leal, pois os municípios não vão ficar com poder de decisão senão ao nível dos
417 encargos com o pessoal e instalações. Terminou dizendo que os poucos municípios que tinham
418 aceitado a transferência de competências eram do PS.

419 O Deputado António Grilo referiu que conhecia equipas técnicas de municípios e de várias cores
420 políticas que estavam a fazer o trabalho no terreno e que não tinha lógica serem os municípios a
421 decidirem sobre médicos ou professores. O que estava em causa era perceber se, tecnicamente,
422 era possível receber essas competências.

423 O Presidente da Câmara disse que todos os partidos tinham a sua orientação política e que os
424 mesmos faziam parte da democracia portuguesa. Referiu que a transferência de competências não
425 era uma questão técnica, mas sim uma questão política, de organização do Estado Português e de
426 respostas públicas aos cidadãos. Salientou que o que estava a acontecer era uma abordagem
427 desintegrada de um conjunto de áreas que o Estado transferia para os municípios que aceitassem,
428 sendo que a partir de 2021 essa seria uma imposição para todos os municípios: um conjunto de
429 matérias, competências e encargos que os municípios não serão capazes de aceitar. Deu como
430 exemplo a reparação das muralhas do castelo de Alcácer, com um custo de dois milhões de euros,
431 que era uma transferência de encargos. O Presidente da Câmara referiu que, ao contrário do que
432 tinha sido referido numa intervenção, não existia dotação no orçamento, uma vez que atribuição
433 das competências seria feita através de um novo fundo - o Fundo de Financiamento da
434 Descentralização. O autarca afirmou não acreditar numa reversão da lei da transferência de
435 competências e que o grande problema seria em 2021. Terminou dizendo que a descentralização
436 fazia falta ao país, mas num modelo que olhasse para a descentralização do aparelho do Estado,
437 para a criação de regiões e que tivesse associado um regime financeiro conhecido
438 antecipadamente.

439
440 A Presidente da Assembleia informou que era meia-noite e, assim, colocou em aprovação da
441 continuidade da sessão.

442 **Deliberação: Aprovada por maioria, com 13 votos a favor da CDU, 10 votos a favor do PS, 1 voto a**
443 **contra da Coligação "Viver Alcácer" e 1 voto a favor do BE.**

444
445 A Presidente da Assembleia retomou a proposta em discussão e colocou-a a votação.



446 **Deliberação: Aprovada por maioria, com 13 votos a favor da CDU, 10 votos contra do PS, 1 voto a**
447 **favor da Coligação “Viver Alcácer “e 1 voto a favor do BE.**

448 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
449 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

450 A Bancada do PS entregou uma Declaração de Voto.

451

452 **04** - Análise e conhecimento da informação referente à declaração de compromissos plurianuais
453 existentes a 31-12-2018, declaração de pagamentos em atraso existentes a 31-12-2018 e
454 declaração de recebimentos em atraso existentes a 31-12-2018; (tomado conhecimento na reunião de
455 Câmara realizada no dia 17/01/2019)

456 **Tomado conhecimento.**

457 A Informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará
458 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

459

460 **05** - Análise e votação da proposta referente à empreitada “Recuperação do edifício da Oficina da
461 Criança” – reprogramação financeira / alteração de PPI; (documento aprovado na reunião de Câmara
462 realizada no dia 31/01/2019)

463 A proposta foi apresentada pelo Presidente da Câmara.

464 **Intervenções:**

465 O Deputado Serafim Inocência questionou se, quando foram definidos os critérios de adjudicação,
466 a autarquia tinha em vista que aparecesse a proposta mais vantajosa para o município ou que o
467 preço fosse o mais baixo possível, e se tinha havido da parte de alguma empresa justificação para
468 não aceitar.

469 O Deputado António Grilo disse que os concursos eram lançados com base nos cadernos de
470 encargos, com preços de mercado. Questionou, assim, o que tinha corrido mal na elaboração dos
471 cadernos de encargos, pois verificava-se agora um aumento de quarenta e cinco por cento num
472 dos projetos e trinta e cinco por cento no outro. Referiu ainda uma discrepância de valores no ofício
473 da proposta.

474 A Vereadora Ana Luísa Soares disse que os municípios utilizavam bases de dados que não iam ao
475 encontro dos preços reais de mercado. Os concursos tinham ficado “desertos” e tinham existido
476 declarações de empresas a referir que não concorriam, porque o valor orçado para a obra
477 ultrapassava o valor do preço base. Assim, a equipa voltou a analisar os valores, para que fossem
478 compatíveis com as perspetivas de mercado.

479 O Deputado António Grilo disse que não tinha ficado esclarecido acerca dos valores.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

480 A Vereadora Ana Luísa Soares respondeu que ao fazer-se a integração do projeto no PPI, tinham
481 de contemplar um suplemento que se chama “erros e omissões”. Deste modo, o diferencial que
482 existia era a diferença do caderno de encargos com a componente de erros e omissões.

483 **Deliberação: Aprovada por maioria, com 13 votos a favor da CDU, 10 abstenções do PS, 1**
484 **abstenção da Coligação “Viver Alcácer” e 1 abstenção do BE.**

485 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
486 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

487

488 **06 -** Análise e votação da proposta referente à empreitada “Reabilitação da Escola Primária n.º 1 –
489 Telheiros – Alcácer do Sal” – reprogramação financeira / alteração de PPI; (documento aprovado na
490 reunião de Câmara realizada no dia 31/01/2019)

491 **Deliberação: Aprovada por maioria, com 13 votos a favor da CDU, 10 abstenções do PS, 1**
492 **abstenção da Coligação “Viver Alcácer” e 1 abstenção do BE.**

493 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
494 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

495

496 **07 -** Análise e votação da proposta referente à reabilitação de edifício com subida de dois níveis no
497 nível de conservação - aplicação da isenção de IMI prevista no Estatuto dos Benefícios Fiscais –
498 Beco do Alto de São Miguel nº2 e 3; (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 13/12/2018)

499 **Deliberação: Aprovada por unanimidade.**

500 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
501 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

502

503 **08 -** Análise e votação da proposta referente à reabilitação de edifício com subida de dois níveis no
504 nível de conservação – aplicação da isenção de IMI prevista no Estatuto dos Benefícios Fiscais –
505 Rua Rui Salema nº31; (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 14/02/2019)

506 **Deliberação: Aprovada por unanimidade.**

507 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
508 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

509

510 **09 -** Análise e conhecimento da informação referente ao relatório de monitorização do terceiro ano
511 de vigência da área de reabilitação urbana do Centro Histórico de Alcácer do Sal; (tomado
512 conhecimento na reunião de Câmara realizada no dia 14/02/2019)

513 **Tomado conhecimento.**

514 A Informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará
515 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

516

517 **10 - Análise e votação da proposta referente à 1ª alteração ao mapa de pessoal para o ano de**
518 **2019; (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 14/02/2019)**

519 A proposta foi apresentada pelo Vereador Nuno Pestana.

520 **Intervenções:**

521 O Deputado António Grilo disse que eram contra o mapa de pessoal, mas que compreendiam que
522 o que estava em causa era um ajuste em função da alteração da estrutura orgânica.

523 **Deliberação: Aprovada por maioria, com 13 votos a favor da CDU, 10 abstenções do PS, 1 voto a**
524 **favor da Coligação “Viver Alcácer” e 1 abstenção do BE.**

525 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
526 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

527

528 **11 - Análise e conhecimento da informação referente ao relatório de atividades.**

529 **Intervenções:**

530 O Presidente da Câmara disse que, após consulta ao Gabinete Jurídico para esclarecimento sobre
531 a eventual violação da lei de proteção de dados, o Gabinete indicou que não existia violação. No
532 entanto, por prudência, iria deixar de colocar-se elementos mencionados no relatório.

533 O Deputado António Grilo disse que era uma mais-valia ter essa informação no relatório, mas o que
534 tinha sido feito era tirar a informação de um lado para justificar o porquê de não darem noutras
535 circunstâncias.

536

537 **Tomado conhecimento.**

538 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará
539 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

540

541

542 **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

543 A Muniçipe Suzete Conceição veio solicitar ao executivo ajuda para a recolha de pesticidas que se
544 encontravam na sua horta e que não lhe pertenciam. Referiu ainda o problema com o areeiro de
545 Castelo Ventoso e, como mora a cerca de 500 metros do mesmo, a sua casa encontra-se com
546 muitas fissuras.

547 O munícipe Hortênsio de Sousa aludiu à obra que estava a ser feita na aldeia de Palma e
548 mencionou a reparação da estrada entre Palma e o Monte Novo, bem como as obras realizadas no

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

549 estádio municipal (nomeadamente iluminação e colocação de cadeiras) e solicitou à Câmara que
550 coloque uma cobertura sobre as cadeiras. O munícipe referenciou a reparação da estrada entre
551 Santa Catarina e Alcáçovas e pediu que o executivo desse mais informações sobre a aldeia das
552 Cegonhas, a Pousada de Vale do Gaio e o *resort* do Pego do Altar.

553 O munícipe João Reis Mendes disse que, naquele dia, em discussão tinha percebido que quem
554 quisesse consultar atas, teria de dirigir-se ao município. Solicitou ainda à Presidente da Assembleia
555 que fossem lidas em voz alta as Moções, Declarações de Voto e outros que fossem apresentados
556 na sessão de Assembleia, para que o público percebesse o que estava a ser discutido.

557 A Presidente da Assembleia respondeu que tinha colocado à consideração dos deputados a leitura,
558 ou não, dos documentos apresentados à mesa.

559 A Vereadora Ana Luísa Soares disse que a democracia começava em todos nós e que tinha
560 aprendido muito com todos os deputados, inclusive os do PS. Contudo, atualmente existiam
561 pessoas que vinham para as sessões alimentar os seus ódios. Referiu que a Assembleia Municipal
562 era a entidade fiscalizadora do executivo permanente, perguntou quem questionava a Assembleia
563 Municipal e deu o exemplo de Deputados que vinham de boleia em carros da junta de freguesia e
564 colocavam ajudas de custo para receberem o valor dos Kms - isto era um exemplo de democracia.
565 Concluiu dizendo que muitas vezes se excedia o limite e que não existia respeito nas sessões da
566 Assembleia Municipal. A Vereadora disse ainda que com a reparação estrada de Santa Catarina
567 tinha-se tentando colmatar fraseamento que existia na mesma.

568 O Presidente da Câmara disse que iriam resolver o problema apresentado pela Munícipe Susete
569 Conceição. Referiu o grande investimento por parte do município do estádio municipal. Mencionou
570 ainda os novos projetos em alojamentos, mas que seria necessária cautela, pois existia diferença
571 entre a vontade e a materialização.

572

573 **APROVAÇÃO EM MINUTA DAS DELIBERAÇÕES** _____

574 **A Presidente da Assembleia colocou à consideração da Assembleia a aprovação da minuta da ata,**
575 **tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, produzindo efeitos imediatos.**

576 **A referida minuta fará parte integrante da presente ata.**

577

578 **ENCERRAMENTO DA SESSÃO** _____

579 Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão pelas zero
580 horas e cinquenta minutos do dia um de março do ano dois mil e dezanove. Eu, Dina do Carmo
581 Prego Semião Sardo, assistente técnica, redigi a presente ata, que assino com a Presidente da
582 Mesa da Assembleia Municipal.

583

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

584

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

585

Luís Queiroz I. A. Mendes

586

587

A ASSISTENTE TÉCNICA

588

Dina Jacinto

589

MOÇÃO

PELO COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÉNERO

Considerando que:

- (i) O combate à violência de género é um dos maiores desafios das nossas sociedades;
- (ii) A violência de género toma várias formas, sendo Portugal assolado por um número de crimes de violência doméstica e violação muito elevado e maioritariamente direcionado contra mulheres, que devem fazer ponderar as medidas implementadas até hoje e novas formas de combater este flagelo;
- (iii) Segundo o Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR, nos últimos 15 anos morreram 503 mulheres e cerca de 600 foram vítimas de tentativas de assassinato. No mesmo período, mais de 1000 crianças ficaram órfãs.
- (iv) Em 2018, registaram-se, em Portugal, 29.734 participações do crime de Violência Doméstica;
- (v) Por outro lado, a violência doméstica é o crime contra as pessoas que mais mata em Portugal. Este crime continua a assumir-se como uma das principais formas de criminalidade, sendo que, nos crimes contra as pessoas, é apenas superado em número de ocorrências, pelo crime de ofensa à integridade física simples, segundo dados do Relatório Anual de Segurança Interna de 2017 (RASI 2017).
- (vi) Apesar de, passados 18 anos, ser pacífico na sociedade portuguesa o mérito de se ter tornado a violência doméstica crime público, apesar das inúmeras campanhas de sensibilização, apesar de todas as denúncias, o crime de violência doméstica continua a ter uma prevalência muito grande;
- (vii) Só este ano, 2019, já foram assassinadas 10 mulheres e 1 criança em contexto de violência doméstica e de relações de intimidade. Nestes casos, existiam já processos, queixas, tentativas de pedir ajuda que não foram ouvidas por ninguém. O sistema que deveria apoiar as vítimas de violência doméstica continua a falhar redondamente.

Deliberação: Aprovado por maioria com 1 abstenção do PS



- (viii) Por outro lado, o crime de violação atinge, sobretudo, mulheres e crianças. Apesar da neutralidade prevista no tipo legal de violação quanto ao género da vítima, este crime é, indubitavelmente, uma forma de violência de género, e uma das mais invisíveis.
- (ix) Em Portugal, de acordo com os dados do RASI 2017, as participações do crime de violação aumentaram, de 2016 para 2017, 21,8% e foram apresentadas 408 queixas às forças de segurança. Segundo a mesma fonte, a esmagadora maioria de agressores enquadra-se em relações de proximidade familiar ou de conhecimento, sendo por isso falsa a ideia de que o crime de violação é cometido por estranhos.
- (x) Neste quadro, afigura-se a necessidade de um debate aprofundado e sério da sociedade portuguesa, que ouça com mais atenção as várias organizações que trabalham diariamente com estes casos de violência, bem como organizações internacionais, profissionais da justiça, entre outros.
- (xi) O parlamento português tem tido, em especial no último ano, várias discussões e apresentação de várias iniciativas legislativas referentes a esta problemática específica da violência doméstica e violação, de onde destacamos:
- a. Projeto de Lei 976/XIII (BE)– Altera o Código Penal, reforçando o combate à violência doméstica, sexual e sobre menores (46ª alteração ao Código Penal);
 - b. Projeto de Lei 977/XIII (BE) – Altera o Código de Processo Penal, alargando a possibilidade de aplicação de prisão preventiva e limitando a aplicação da figura da suspensão provisória de processo (31ª alteração ao Código de Processo Penal);
 - c. Projeto de Lei 978/XIII (BE) – Cria os Juízos de Violência Doméstica;
 - d. Projeto de Lei 1013/XIII (PAN) - Procede à alteração do artigo 41º da Lei nº 112/2009, de 16 de setembro, reforçando os trâmites de cooperação das entidades empregadoras com os trabalhadores vítimas de violência doméstica;
 - e. Projeto de Lei 1017/XIII (CDS) – Altera o Código Civil, criando a indignidade sucessória dos condenados por crimes de violência doméstica ou maus tratos;
 - f. Projeto de Lei 1047/XIII (PAN) – Altera o Código Penal, nomeadamente o crime de violação, adaptando a legislação à Convenção de Istambul ratificada por Portugal;

- g. Projeto de Lei 1058/XIII (BE) – Procede à alteração dos crimes de violação e coação sexual no Código Penal, em respeito pela Convenção de Istambul (47ª alteração ao Código Penal);
 - h. Projeto de Lei 1105/XIII (BE) – Possibilita a aplicação de imposição de condutas ou a proibição de contacto quando há fortes indícios da prática do crime de perseguição (33ª alteração do Código de Processo Penal);
- (xii) Parte das propostas estão em especialidade, outras foram já rejeitadas, mas, no geral, o que se tem depreendido do debate público sobre estas matérias é que existe pouca vontade política para fazer alterações à legislação. O argumento tem sido de que é preciso investir mais na formação dos e das profissionais.
- (xiii) Concordando com a necessidade permanente de existir formação, os números indicam claramente que isso não chega. Tudo o que se fizer neste âmbito, seja de nível nacional ou local, será sempre pouco enquanto o número de femicídios for tão elevado.
- (xiv) Lembramos que, desde 2007, o Bloco de Esquerda propõe a criação de equipas multidisciplinares especializadas nas várias fases do processo e nas várias entidades. Apenas agora o Governo está a dar início a este caminho: é positivo, mas já vem tarde.
- (xv) A gravidade da situação não se coaduna com o rejeitar de possíveis alterações à legislação, ora porque haverá sempre juízes ou juízas que tomam más decisões, ora porque o que é preciso mudar são as mentalidades. Ignorar, por exemplo, que o enquadramento legal atual potencia as penas suspensas para penas abaixo de 5 anos para este tipo de crimes é deixar as vítimas expostas a mais violência.

Assim, a Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunida em 28 de Fevereiro de 2019, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

1. Saudar todas as manifestações e concentrações que, nas últimas e próximas semanas, ocorrerão por todo o país exigindo medidas efetivas de combate à violência de género;
2. Exigir ao Governo e à Assembleia da República que tomem o combate à violência de género como prioridade política efetiva;
3. Instar aos respetivos órgãos de soberania a procederem às seguintes medidas:



- a. Alteração das molduras penais para os crimes de violência doméstica, sexual e contra menores;
 - b. Adequação do Código Penal à Convenção de Istambul, cumprindo as recomendações do GREVIO no último relatório sobre a aplicação da Convenção em Portugal, estabelecendo o consentimento como linha vermelha do crime de violação e consagrando o crime de violação como crime público;
 - c. Extensão da aplicação de prisão preventiva a crimes de violência doméstica e proibir a aplicação do instituto da suspensão provisória do processo a este tipo de crimes;
 - d. Garantir a articulação entre o processo crime e o processo de regulação das responsabilidades parentais (quando exista). Não é possível separar estes dois processos, deixando as vítimas mais vulneráveis perante o agressor;
 - e. Aplicação das medidas de coação “proibição de contacto e imposição de condutas” ao crime de perseguição (*stalking*), pois é um passo para garantir a proteção da vítima durante a fase de inquérito.
4. Instar o Governo a acelerar os processos de formação e sensibilização dos e das várias agentes nos processos de violência: juízes e magistrados, forças de segurança, assistentes sociais, técnicos de saúde.
 5. Instar o Governo a iniciar o processo de debate alargado para a criação de equipas multidisciplinares especializadas.
 6. Remeter esta moção ao Governo, Presidente da Assembleia da República e Grupos Parlamentares.

O deputado municipal do Bloco de Esquerda



B

MOÇÃO

“MAIS PRÓXIMOS DOS CIDADÃOS”

É hoje notória a constante agitação mediática que recai sobre os órgãos autárquicos, seus eleitos e respetivos atos de gestão. Mediatismo este que contribui de forma significativa para aumentar a descredibilização dos eleitos junto da suas populações, levando ao cada vez maior afastamento da vida política do seu território.

Efetivamente o concelho de Alcácer do Sal apresenta índices de participação dos eleitores bastante reduzidas, sendo disso reflexo a fraquíssima participação nas reuniões públicas dos órgãos municipais, com quase total alheamento das populações mais jovens. Mas será que os nossos jovens não têm espírito crítico? Será que os jovens não têm contributos a dar? Seguramente que terão, mas tal como os menos jovens não se sentirão envolvidos num processo que se pretende democrático e transparente.

É tempo de nos assumirmos como parte da solução e tentarmos levar às nossas populações mais e melhor informação. É necessário que os membros da Assembleia Municipal de Alcácer do Sal permitam que os seus trabalhos cheguem até um maior número de cidadãos, promovendo a transparência do próprio órgão (Assembleia Municipal) e fomentando a aproximação das nossas populações aos centros de debate e de decisão política.

Hoje é uma prática corrente em diversos órgãos municipais a disponibilização das suas sessões em formato digital, áudio e vídeo, tendo inclusivamente a Associação Nacional de Assembleias Municipais emitido parecer sobre a “possibilidade de gravação e transmissão de reunião de Assembleia Municipal à luz do atual quadro legal”.

São os eleitos de hoje que têm a possibilidade, com os recursos que existem à sua disposição, de contribuir de forma efetiva para uma maior e melhor participação cívica e democrática das suas populações. De nada nos valerá constatar o que se constata, quando não agimos para, no mínimo, tentarmos inverter uma realidade que cada vez mais abre espaço a suspeitas e mediatismos que contribuem para o afastamento dos cidadãos da vida política dos seus territórios.

Assim, a Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunida em sessão ordinária no dia 28 de fevereiro de 2019, delibera:

1. Recomendar à Câmara Municipal de Alcácer do Sal a disponibilização de meios necessários para que seja possível a transmissão das sessões da Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, ordinárias e extraordinárias, em direto, através da internet, nos formatos de vídeo e áudio, acessível a todos os cidadãos, já a partir da próxima sessão da Assembleia Municipal;
2. Recomendar à Câmara Municipal de Alcácer do Sal a disponibilização no website do Município, ou em outro criado propositadamente para o efeito, do áudio e/ou do vídeo registados durante as referidas sessões, de modo a possibilitar a qualquer cidadão a sua consulta;
3. Que seja dado conhecimento da presente deliberação à AMA – Agência para a Modernização Administrativa e à Associação Transparência e Integridade.

O Grupo Municipal do PS :: Assembleia Municipal de Alcácer do Sal

Deliberação: Rejeitada com 13 votos contra do CDU, 10 votos a favor do PS, 1 voto a favor "coligação" "Votos Alcaçer" e 1 voto a favor do SF Assembleia Municipal Ordinária de 28 de fevereiro de 2019

VOTO DE PROTESTO

Falta de Efetivos da GNR

A Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunida em 28 de Fevereiro de 2019, aprova um voto de protesto pela atual falta de meios na GNR no nosso Concelho, nomeadamente de efetivos militares, novas viaturas operacionais, equipamento informático, consumíveis, entre outras necessidades. Esta carência de meios, nomeadamente nos Postos de Alcácer, Comporta e Torrão, coloca em causa o funcionamento diário da Guarda Nacional Republicana no que diz respeito à segurança e apoio à população de todo o Concelho de Alcácer do Sal e de quem nos visita neste Município que é o segundo maior do país em extensão.

Enviar ao Ministro da Administração Interna, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Comando Territorial da GNR, e Comandos Locais de Alcácer do Sal, Comporta e Torrão.

Os Deputados da CDU – 28.02.2019

O Grupo de Deputados Municipais da CDU na Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, apresenta

VOTO DE PROTESTO

com os seguintes fundamentos

A 23 de abril de 2014, foi decretada nova orientação do Ministério da Saúde, através do Despacho nº 5561/2014, de 23 de abril, redefinindo a regulamentação da atividade dos meios de emergência pré-hospitalar integrados nos Serviços de Urgência.

No mesmo despacho, foi definido que os Serviços de Urgência Básica (SUB), unidade funcional existente no Centro de Saúde de Alcácer do Sal, teriam de integrar uma ambulância de Suporte Imediato de Vida (SIV).

Atualmente para cobertura nacional existem 39 ambulâncias SIV, das quais:

- 18 na região Norte
- 8 no Centro
- 13 na região Sul

Para concretização do referido Despacho falta implementar sete ambulâncias SIV em diversos concelhos, sendo num deles, o nosso concelho de Alcácer do Sal.

Não obstante das inúmeras diligências efetuadas, quer pelo presidente do Município, (também na qualidade de presidente da CIMAL) e, ainda, pelas diversas ações promovidas pela Comissão de Utentes de defesa do serviço público, no âmbito da saúde, junto dos diferentes titulares do Ministério da Saúde, seja ao anterior governo, seja junto do atual, para o cumprimento do referido despacho, constata-se a esta data, nada foi cumprido.

A necessidade urgente de integrar em Alcácer do Sal, a ambulância SIV, dotada de técnicos habilitados com conhecimentos e competências em suporte avançado de vida, trauma e outras de elevada exigência e complexidade, irá dar uma resposta mais assertiva e mais rápida a todo o tipo de necessidades que surjam. A dimensão geográfica, a localização deste concelho em termos de fluxo rodoviário, a falta de recursos e meios, entre outros aspetos, ditam essa/esta necessidade que está e foi identificada aquando da publicação do referido despacho.

Citando uma recente afirmação do Presidente do Município à comunicação social, "Estamos a falar da diferença entre a vida e a morte"!



Perante esta realidade, os Deputados da CDU, pretendem com esta declaração de voto, protestar junto do Governo, nomeadamente, junto da Ministra da Saúde Dr.ª Marta Temido, para que promova todos os meios necessários ao cumprimento do Despacho nº 5561/2014, principalmente, diligenciar junto do INEM, a urgente e necessária colocação da viatura SIV no SUB de Alcácer do Sal.

Reiteramos que cabe ao Estado assegurar meios e respostas às populações, nesse intento, exigem-se do Governo respostas para os serviços de prestações nos cuidados de saúde e nos serviços de urgência com qualidade, disponibilizando mais recursos, garantindo mais capacidade de resposta, mais dignidade no acesso a esses serviços.

Os Deputados da CDU – 28.02.2019

Este Voto de Protesto será enviado ao Presidente da Assembleia da República, Presidente da República, Primeiro-Ministro, Ministro da Saúde, Presidente do INEM, Conselho de Administração da ULSLA, Grupos Parlamentares da Assembleia da República e Comunicação Social



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Alcácer do Sal

Saudação ao Dia Internacional das Mulheres

O dia 8 de março, Dia Internacional das Mulheres é um dia de muitas lutas importantes. Os direitos ao trabalho, à educação, ao voto, ao divórcio, à saúde e à liberdade sexual e reprodutiva foram direitos conquistados por muitas décadas de lutas.

Existem hoje, graças à luta das mulheres e à democracia, mais mulheres a trabalhar em todas as áreas e acederem às mais altas qualificações profissionais e universitárias. Mas persistem as discriminações de género entre profissões, a dupla jornada de trabalho com maior peso das tarefas domésticas sobre as mulheres, as chefias maioritariamente masculinas. As mulheres continuam a ser a maioria na precariedade, no desemprego e nos baixos salários. E de acordo com a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego há uma diferença salarial, em Portugal, de 15,8% entre homens e mulheres (dados de 2016). É como se as mulheres, ao final de um ano, recebessem zero euros por 58 dias de trabalho.

Há hoje mais mulheres na política e com papel relevante na administração pública. E têm sido tomadas medidas pelo Governo e pela Assembleia da República para reforçar a paridade entre homens e mulheres. Do mesmo modo que através de organizações não-governamentais ou agências do Estado são monitorizados indicadores de desigualdade e prestados apoios sociais, nomeadamente às vítimas de violência doméstica. Mas o caminho para a igualdade ainda é longo e as injustiças persistem.

A segurança das mulheres continua a estar em risco na nossa sociedade. Os crimes sexuais afetam principalmente as mulheres. De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna de 2017, 99,2% dos violadores são homens e 90,7% das vítimas são mulheres. Sendo preocupante o facto de, como revelam os dados do Ministério da Justiça relativos a 2016, apenas 37% dos condenados por crimes sexuais serem efetivamente presos.

Neste ano de 2019 já foram assassinadas 11 mulheres em Portugal, foram 503 mulheres assassinadas nos últimos 14 anos, conforme regista o Observatório das Mulheres Assassinadas/UMAR. Estes crimes estão a chocar o país. Contra essa violência extrema houve manifestações no dia 10 de Fevereiro, em Lisboa, no dia 14 de Fevereiro em várias cidades do

país. E estão programados novos atos para 8 e 9 de março pelo fim da violência contra as mulheres.

As lutas contra a opressão e a exploração das mulheres têm muitas vertentes, social, cultural, económica, política, e dizem respeito a toda a gente. Também por isso há uma greve feminista no dia 8 de março dinamizada por vários coletivos, organizados na Rede 8 de Março, com apoio de alguns sindicatos¹. Além da greve há uma manifestação no dia 8 para a qual estão a mobilizar vários coletivos e associações feministas. E no dia 9 realizam-se a Manifestação Nacional de Mulheres, em Lisboa, organizada pelo MDM - Movimento Democrático de Mulheres, e a manifestação Nós por Elas, contra a violência, em várias cidades.

Violência, diferença salarial, discriminações e assédios contra as mulheres, nada nos deixa indiferentes.

A Assembleia Municipal de Alcácer do Sal saúda todas as conquistas das Mulheres e todas as iniciativas realizadas no âmbito da comemoração do dia 8 de Março, comprometendo-se com a defesa da igualdade entre homens e mulheres como trave fundamental de uma sociedade que se quer cada vez mais livre e mais justa.

Esta saudação será enviada à Assembleia da República (Comissão Parlamentar de Direitos, Liberdades e Garantias), à CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, à CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

Alcácer do Sal, 28 de Fevereiro de 2019

O deputado Municipal do Bloco de Esquerda

Herlander Braz

¹ SIEAP- Sindicato das Indústrias Energia e Águas de Portugal, o STCC - Sindicato dos Trabalhadores de Call Center, SNESup - Sindicato Nacional do Ensino Superior e o STOP - Sindicato de Todos os Professores.

SAUDAÇÃO

No dia 8 de Março celebramos o Dia Internacional da Mulher, entrelaçando o passado e o presente, revitalizando a sua história e o seu papel ímpar na luta pela igualdade, pelos direitos e pela dignificação das mulheres.

Nunca é demais trazer à memória as operárias têxteis de Nova Iorque e a sua luta sem tréguas pela redução do horário de trabalho, contra a discriminação salarial e a intensa exploração a que estavam sujeitas. A repressão foi violenta levou à morte dezenas de operárias. O dia 8 de Março passou a ser uma data de referência no mundo.

Não é demais lembrar quando pela primeira vez, em 1911, se fez uma manifestação de mulheres simultaneamente em vários países da Europa contra as desigualdades e por melhores condições de trabalho e vida.

Em Portugal a data começou a ser celebrada no tempo do fascismo e na clandestinidade, sob formas muito diversificadas. Com a Revolução de Abril as comemorações do 8 de Março são realizadas em liberdade e democracia, tiveram um papel crucial na mobilização de largas camadas de mulheres em todo o país com as mais diversas iniciativas políticas, culturais, manifestações de rua, sempre ligadas aos problemas e vivências concretas das mulheres, uma data que atravessou fronteiras e galvanizou para a luta gerações de mulheres.

A Ideologia dominante com todos os seus sofisticados meios e dispositivos mediáticos, procura subverter a história, desvirtuar o significado histórico do Dia Internacional da Mulher, contaminar as suas iniciativas com teias consumistas e alienantes, desviar as atenções das mulheres dos problemas que as afectam e perverter o sentido das suas lutas.

As manifestações nacionais de mulheres realizadas nos últimos dois anos em Lisboa, trouxeram para a rua os problemas mais sentidos das nossas vidas e contribuíram para contrariar esta tendência de apagar páginas da nossa gloriosa história de mulheres aliada ao Dia Internacional da Mulher e afirmar a nossa recusa em aceitar os retrocessos, a mistificação e o medo.

No ano em que comemoramos os 45 anos da Revolução do 25 de Abril, recordamos o que representou para as mulheres portuguesas a revolução. Abriram-se as portas para a conquista de um lugar digno na sociedade, em igualdade de direitos com o homem e não numa mera posição subalterna. As medidas revolucionárias na área do trabalho, da segurança social, do direito da família, a criação de equipamentos sociais (creches, jardins de infância) de infra estruturas básicas (rede de água, esgotos, electricidade), o alargamento e o reforço dos serviços públicos, tiveram repercussões imediatas nas suas vidas.

Nas ruas, a voz das mulheres, será ampliada. Nas ruas não se podem calar as nossas vozes, não serão silenciadas ou deturpadas pelas forças dominantes. Celebrar o 8 de Março com a Manifestação, é ampliar a luta das mulheres, na exigência do cumprimento dos seus direitos e por uma verdadeira política de igualdade que materialize na prática a igualdade para todas e todos.

A bancada da CDU na Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, sáuda;

1. Todas as mulheres e o dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher como uma jornada de comemoração mas também de homenagem à luta pelos direitos das mulheres;

2. A Manifestação Nacional de Mulheres convocada pelo MDM, para o próximo dia 9 de Março, em Lisboa, como afirmação de uma força social empenhada na promoção de valores como o respeito mútuo, a igualdade e a solidariedade. Nas ruas, a voz das mulheres, será ampliada. Nas ruas a voz da mulher não será silenciada ou deturpada pelas forças dominantes.

A bancada da CDU apela ainda a todas e a todos, para estarem presentes nas Comemorações do Dia Internacional da Mulher promovidas pelas autarquias, e pelo movimento associativo no Concelho de Alcácer do Sal.

VIVA A LUTA DAS MULHERES PORTUGUESAS E DE TODO O MUNDO

Alcácer do Sal, 28 de Fevereiro de 2019



Declaração de Voto

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS

O Programa do XXI Governo Constitucional apontou a descentralização como a base da reforma do Estado. Numa lógica racionalizadora e num quadro de subsidiariedade, trata-se, sobretudo, de dar cumprimento a objetivos de maior eficácia, eficiência e proximidade das políticas públicas, aproximando-as do cidadão e possibilitando-se uma maior adequação dos serviços prestados à população. Para atingir estes objetivos é necessário aproximar as decisões dos cidadãos transferindo para o âmbito da administração local mais próximo deles, um conjunto alargado de competências de serviços públicos de carácter universal.

Neste caminho, as autarquias, enquanto entidades político-administrativas fundamentais na estrutura fundamental para a gestão de provisão de bens e serviços públicos prestados numa lógica de proximidade ao cidadão numa dimensão de proximidade, e de fortalecimento do poder local, veem alargadas as suas competências e participação em mais de 20 áreas setoriais, tão importantes como a saúde e a educação.

Todo este processo de descentralização é concretizado numa lógica de consenso entre as áreas setoriais de Governo responsáveis pelas entidades detentoras das competências transferidas, e com um rigoroso acompanhamento e estreita colaboração da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) e da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) num longo, rigoroso e permanente processo de negociação.

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto consagra nos seus artigos 2.º e 3.º os princípios e garantias a que obedece a transferência de competências, salvaguardando a autonomia do poder local a coesão territorial, garantindo a universalidade e a igualdade de acesso ao serviço público. Os mesmos princípios e garantias estão devidamente respeitados nos diplomas setoriais que concretizam as competências transferidas.

O exercício das competências transferidas é melhor garantido pelo nível de proximidade da decisão à satisfação dos interesses dos cidadãos.



O princípio da subsidiariedade diz-nos que os recursos devem ser alocados onde melhor possam ser geridos, acreditando-se que as competências melhor estão atribuídas ao nível local tendo em vista a eficiência dos recursos públicos.

Os diplomas setoriais garantem a efetivação das competências referidas na medida da sua transferência, sem prejuízo de casos específicos que se mantem na administração central (ex. justiça) e os mecanismos e casos em que existem transferências de recursos.

A natureza das competências a transferir não afastam o Estado do cumprimento do seu papel constitucionalmente consagrado, estando previstos, nos diferentes diplomas setoriais, mecanismos de cooperação conjunta entre a administração central e a local, designadamente quanto ao planeamento e ao investimento inerentes às respetivas políticas públicas.

Este processo é um voto de confiança no poder local, que nos últimos anos tem dado provas da sua capacidade de gestão dos recursos públicos, que tem contribuído para um saldo orçamental positivo e para a redução do défice público, com prazos médios de pagamento sucessivamente reduzidos.

Ao contrário do que alguns afirmam neste processo está associada a transferência de poderes de administração e gestão, de fiscalização, tributários, de regulamentação, sancionatórios entre outros.

Também neste processo se legitimam as autarquias, atribuindo-lhes por lei competências que por "vocaçãõ" muitas vezes já lhe vinham sendo acometidas. Outras são novas competências cujo exercício a nível local é o mais adequado à satisfação das necessidades das populações.

Do ponto de vista financeiro, o artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, prevê que a transferência das competências, designadamente a identificação e densificação da respetiva natureza, é concretizada por meio de legislação complementar, de âmbito setorial, os quais definem, entre outras matérias, a forma de afetação dos recursos, incluindo disposições transitórias adequadas à gestão dos procedimentos de transferência.

Neste contexto, os diplomas sectoriais determinam, após pronúncia prévia dos municípios, a publicação dos mapas com os montantes a transferir, por setor, para o ano de 2019,



assegurando-se por esta via a necessária participação dos municípios na determinação do respetivo envelope financeiro.

As verbas referentes ao envelope financeiro da descentralização estão já inscritas, em sede de Orçamento do Estado para 2019, nos programas orçamentais dos Ministérios respetivos.

Estas dotações serão, assim, transferidas para cada município que pretenda exercer, já em 2019, as competências transferidas no âmbito do processo de descentralização.

Os mecanismos necessários à execução financeira dos diplomas setoriais serão expressamente previstos no decreto-lei de execução orçamental.

O Partido Socialista votou contra a proposta da câmara municipal em recusar exercer, em 2019 e em 2020, as competências transferidas por via dos decretos-lei sectoriais publicados, por considerar:

A descentralização é, para o PS, um imperativo político, um imperativo jurídico-constitucional e um imperativo programático, honrando a sua histórica defesa da autonomia local e regional e da importância do municipalismo para o progresso económico, social e cultural da nossa sociedade.

O PS defende uma Administração Pública ágil, célere, desburocratizada e próxima dos cidadãos e das empresas; ora, tal desiderato só é possível de atingir através da descentralização administrativa e do reforço do Poder e da Administração Local, da sua presença e da sua atuação, necessariamente próxima dos cidadãos e das empresas, mediante a transferência de competências dos órgãos do Estado para os órgãos das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, à luz da autonomia e da subsidiariedade.

Das justificações apresentadas e que suportam a proposta da câmara – onde indevidamente se misturam um conjunto de reclamações que em nada têm a ver com a assunção de novas competências para as autarquias locais – constata-se que o PCP / CDU é contra o processo de descentralização, representando uma esquerda centralizadora, conservadora e tradicionalista em linha de coerência com o centralismo democrático.

3

O PCP / CDU gosta muito de realçar a importância da participação das populações; mas quando as populações têm a possibilidade de participar mais no controlo democrático do exercício do



poder político e administrativo, como acontece, naturalmente, por efeito da descentralização, uma vez que há um conjunto de decisões que passam a ser tomadas pelos autarcas, portanto com mais proximidade, é contra e assume uma posição desfavorável.

Não deixa de ser, no mínimo, estranho, quando lhe convém o PCP / CDU elogia o Presidente da República, que é da direita, falando nos riscos que este associou à nova Lei-Quadro e enumerando-os, os quais constam do ato de promulgação; esquece-se, porém, de afirmar que o Presidente da República defende este processo e a descentralização como princípio.

Por fim, o PS ao votar contra a proposta da câmara municipal em recusar exercer, em 2019 e em 2020, as competências transferidas por via dos decretos-lei sectoriais publicados, defende:

A alínea b) do n.º 2 do artigo 4º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, refere que as autarquias locais e as entidades intermunicipais que não pretendam a transferência das competências no ano de 2020, devem pronunciar-se até 30 de junho de 2019. Logo, é prematuro em janeiro / fevereiro o município pronunciar-se, quando ainda não são conhecidos todos os diplomas setoriais.

A câmara municipal deve, desde já, do ponto de vista da sua estrutura organizacional, garantir a necessária adequação para receber novas competências, visto que, em janeiro de 2021 elas serão obrigatórias, cf. n.º 3 do artigo 4º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. Ao não fazer – e ao receber de uma só vez todas as competências - corre-se sério risco de a estrutura sofrer, não estar preparada e não se adaptar às novas competências em mais de 20 áreas setoriais.

Alcácer do Sal, 28 de fevereiro de 2019

O GRUPO MUNICIPAL DO PS